

ETNOTURISMO KADIWÉU - ETNOMAPA COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO DE VISITAÇÃO

ETNOTURISMO KADIWÉU - EL ETNOMAPA COMO HERRAMIENTA DE PLANIFICACIÓN DE VISITAS

DOI 10.55028/geop.v20i38

Lílian Ribeiro Pereira*
Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Resumo: Este artigo analisa como o povo Kadiwéu pretende integrar geração de renda e sustentabilidade por meio do etnoturismo. O objetivo foi, a partir dos desejos comunitários, identificar e fortalecer ferramentas que possam orientar projetos de visitação coerentes aos modos de vida local. A metodologia utilizada foi a confecção de etnomapas, orientador de um plano de etnoturismo, tudo isso articulado ao Plano de Vida, documento de governança Kadiwéu. Os resultados revelam uma comunidade com diretrizes internas para um projeto de visitação fundamentado na cultura local, indicando prioridades, limites e expectativas para um desenvolvimento territorial alinhado à autonomia indígena.

Palavras-chave: Povos Indígenas, gestão, etnomapas, etnoturismo.

Resumen: Este artículo analiza cómo el pueblo Kadiwéu busca integrar generación de ingresos y sostenibilidad por medio del etnoturismo. El objetivo fue, a partir de los deseos comunitarios, identificar y fortalecer herramientas que orienten proyectos de visita coherentes con los modos de vida locales. La metodología utilizada fue la

Introdução

O Território Indígena Kadiwéu, além de apresentar um potencial turístico imensurável, destaca-se também pela expressiva necessidade manifestada pela comunidade em melhorar suas condições econômicas e fortalecer sua cultura, com ênfase em seus modos de vida.

Território Kadiwéu está localizado no Município de Porto Murtinho, região fronteiriça do Estado de Mato Grosso do Sul, compreende os biomas Cerrado e Pantanal. Está muito próximo ao Parque Nacional da Serra de Bodoquena onde é possível encontrar resquícios de Mata Atlântica, logo, considerada área prioritária de conservação e com riquíssima fauna e flora.

* Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID <https://orcid.org/0009-0003-7266-6119>. E-mail lilianribeiro.geo@gmail.com.

** Pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Estudos Fronteiriços. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>. E-mail milton.mariani@ufms.br.

elaboración de etnomapas, orientadores de un plan de etnoturismo, todo articulado al Plan de Vida, documento de gobernanza Kadiwéu. Los resultados revelan una comunidad con directrices internas para un proyecto de visita fundamentado en la cultura local, señalando prioridades, límites y expectativas para un desarrollo territorial alineado con la autonomía indígena.

Palabras claves: Pueblos indígenas, gestión, etnomapas, etnoturismo.



A constituição desse território se deu por volta de 1899, após a Guerra, onde os Kadiwéu lutaram ao lado do Brasil, homens e mulheres guerreiros, concederam ao nosso país a vitória e como prêmio pela participação, tiveram o direito de escolha entre dinheiro ou terras, escolhendo assim o território em troca do trabalho prestado. Assim, o então presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Alves de Barros determinou a realização de medição do Território, sendo destinado a 373.024 hectares a eles (Silva, 2014, p. 82).

Posteriormente, entre os anos de 1957 e 1958 essa extensão de terra foi questionada pelo Estado, reduzindo-a a 100 mil hectares o que mudou após a Justiça Federal dar causa ganha aos indígenas o que levou o exército realizar uma nova demarcação das terras em 1981, sendo finalmente homologado os 538.536 hectares em 1984 por meio do decreto nº 89.578, assinado pelo presidente João Figueiredo.

Durante os anos de 2018 e 2019, com a facilitação institucional da Wetlands International Brasil e a Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, dentro de uma parceria a convite de lideranças, a comunidade Kadiwéu debruçou-se sobre seu território a fim de entender e dialogar sobre suas dinâmicas, seus usos e sobretudo seu futuro. Institui-se então o Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu, um instrumento de gestão pautado no desejo comunitário e acordos internos de usos locais.

Segundo Corrêa 1992, entende-se por gestão do território “o conjunto de práticas que visa no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica”.

O Plano de Vida, segundo Apio (2009), é uma forma que as comunidades indígenas utilizam para descreverem seus territórios, pensar o que se quer para o futuro, organizar seus objetivos e descrever como espera que eles sejam alcançados. Logo, esse é um documento que faz parte e é reconhecido pela PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - e subsidia as comunidades no planejamento e gestão dos seus territórios (Favilla et al 2019, Pereira et al 2022).

Assim, com base no instrumento de gestão do Povo Kadiwéu, inicia-se uma série de diálogos relacionados a projetos de implementação, estes que respondam aos desejos já planificados dessas comunidades.

Conforme observamos na planificação da comunidade presente no “Plano de Vida”, há uma dificuldade recorrente na geração de renda, o que tem causado um êxodo principalmente da juventude desse território. Emerge então, junto à comunidade o interesse em estruturar um projeto de etnoturismo que responda a diversas questões levantadas no Plano de Vida, que gere resposta financeira a comunidade, porém com a preocupação que este seja de acordo com os costumes e modos de vida da comunidade.

Sendo assim, a análise baseou-se em como o povo Kadiwéu busca integrar geração de renda e sustentabilidade por meio do etnoturismo, utilizando a metodologia de etnomapas para que a própria comunidade “desenhe” seu plano de visitação a partir de seus desejos e modos de vida. O Plano de Vida, documento central de gestão e governança, orienta qualquer iniciativa no território, pois reflete os anseios e prioridades locais. A partir dele, e do etnomapa construído comunitariamente, torna-se possível estruturar um documento orientador de visitação coerente com a realidade Kadiwéu, facilitando a articulação com projetos, parceiros e futuros processos de implementação.

Fundamentação Teórica

Considerando práticas que aliem sustentabilidade, baixo impacto ambiental e geração de renda, observa-se o crescimento na busca por projetos que envolvem formas alternativas de turismo, especialmente aqueles voltados ao turismo ambiental, ecológico ou comunitário, em áreas de comunidades tradicionais, indígenas e/ou unidades de conservação.

Para Oliveira (2020), os apoios prestados no que tange aos trabalhos com turismo em comunidades indígenas são de suma importância para que estas consigam se organizar e estruturar tais iniciativas. Tais apoios contribuem significativamente para os processos de implementação, tendo em vista que, ainda hoje, muitas comunidades enfrentam dificuldades para colocar em prática ações em seus territórios, além de sofrerem pressões externas que interferem nesses processos.

A partir de 2023, observa-se um fortalecimento das políticas de apoio ao desenvolvimento social em terras indígenas e de comunidades tradicionais, o que tem contribuído para mudar a dinâmica na construção de projetos de etnoturismo, permitindo que as comunidades expressem com maior clareza aos órgãos públicos a forma como desejam conduzir o turismo em seus territórios. Além disso, a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério dos Povos Indígenas tem sido fundamental no apoio ao desenvolvimento dessas iniciativas, garantindo espaço para o fortalecimento da autonomia e da autogestão indígena.

No caso do Território Indígena Kadiwéu, que manifesta interesse em iniciar processos de planejamento para o etnoturismo em algumas de suas comunidades, o grande foco das lideranças tem sido pensar como se organizar para atrair visitantes, aproveitando a proximidade com cidades de expressiva vocação turística, como Bonito, além do próprio Pantanal, que tem se consolidado, nos últimos anos, como um importante polo de turismo de natureza e aventura.

Segundo Mello Neto e Toppino (2019), o etnoturismo visa proporcionar que as comunidades que desejam atuar nessa área utilizem seus modos de vida, tradições e costumes como base para o desenvolvimento territorial, sempre sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, com foco na conservação ambiental e no respeito às populações locais. Os autores ressaltam, ainda, que nem todos os membros de uma comunidade terão interesse em participar desses projetos, o que exige uma gestão sensível e respeitosa à pluralidade interna.

Assim como ocorre em diversas comunidades no Brasil, os projetos de etnoturismo frequentemente têm início a partir de demandas externas, seja pelo interesse de visitantes em conhecer melhor os modos de vida de determinados povos, seja pelo movimento das próprias comunidades em busca de estratégias de desenvolvimento local. Em alguns casos, como no exemplo observado na Amazônia, o turismo comunitário emerge como alternativa para romper com dinâmicas excludentes, em que o turismo é conduzido por organizações externas voltadas ao investimento comercial, sem o envolvimento efetivo das comunidades no planejamento e na gestão.

Um exemplo mais antigo de turismo étnico é o desenvolvido pelo povo Pataxó, que desde 1972, após um período marcado pela desapropriação de terras e processo de novo aldeamento, passou a observar o crescimento do turismo na região de Porto Seguro (Bahia). A partir disso, iniciaram a comercialização de seus produtos e, progressivamente, ampliaram o contato com os turistas, diversificando as atividades para além da venda de artesanato, incorporando vivências culturais e imersivas na comunidade. Segundo Grunewald (2015), os Pataxó desenvolveram uma metodologia denominada “resgate da cultura”, voltada não apenas para aprimorar o acolhimento aos visitantes, mas também para atender aos interesses internos da comunidade, como a preservação da língua ancestral, a valorização das danças tradicionais e a produção artesanal, sobretudo voltada às crianças e aos jovens.

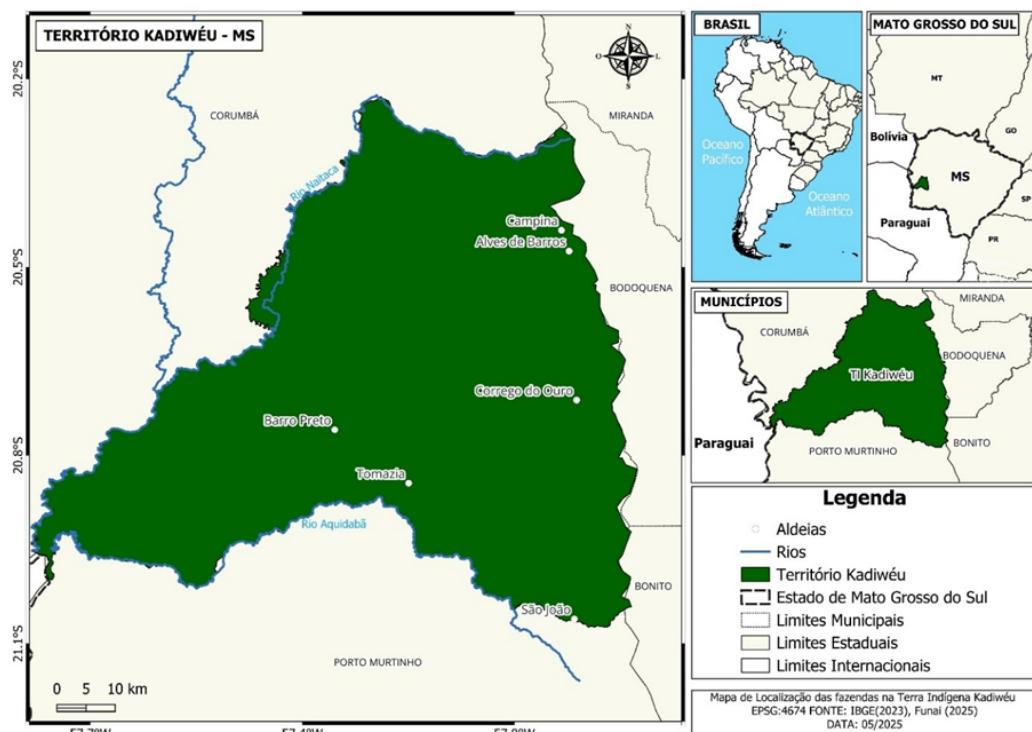
Uma das maiores preocupações ao tratar do turismo, de modo geral, reside na necessidade de garantir que sua implementação seja feita de forma controlada, participativa e realmente benéfica para a comunidade. Reconhece-se que nem todos os moradores estarão dispostos a se engajar diretamente nas atividades turísticas, seja por desinteresse ou por incompatibilidade com suas rotinas. Contudo, é fundamental que o projeto preveja formas de benefício indireto, como a aquisição de alimentos produzidos localmente, a contratação de serviços ou a valorização de ofícios tradicionais.

É imprescindível, portanto, que as decisões sobre a estruturação, o formato e os limites do projeto estejam nas mãos da comunidade, especialmente de suas lideranças legítimas, por meio de processos de consulta interna. Somente assim será possível assegurar que o que está sendo desenvolvido corresponde efetivamente às vontades e expectativas da comunidade, e que o projeto de etnoturismo seja resultado de uma construção coletiva e autodeterminada.

A estruturação cuidadosa desse modelo pode, inclusive, contribuir para o uso mais eficiente e o monitoramento do território, a ser também uma oportunidade de venda direta de produtos locais, por exemplo cerâmica, reduzindo os custos com transporte e diminuindo a dependência de atravessadores, o que pode fortalecer a autonomia econômica local.

Procedimentos Metodológicos

O Território Indígena Kadiwéu está localizado no município de Porto Murtinho, no estado de Mato Grosso do Sul. Compreende cerca de 538 mil hectares e está sob influência dos biomas Cerrado e Pantanal. Com seis aldeias distribuídas pelo território, sua população é de aproximadamente 1.400 moradores (Figura 1).

Mapa 1. Localização TI Kadiwéu

Fonte: Pedro Cristófori, 2025.

Dividido nas aldeias Campina, Alves de Barros, Tomázia, São João, Barro Preto e Córrego do Ouro, a maior parte da população permanece nas aldeias. No entanto, organização fundiária também inclui fazendas dispersas por toda a área.

Para a confecção do “Plano de Vida”, são elaborados os etnomapas, por meio dos quais a comunidade consegue apontar, de maneira mais livre, os usos do território e aquilo que cada pessoa conhece sobre ele.

Nessa fase permite compreender a dinâmica territorial e, mais ainda, entender como cada comunidade percebe e se relaciona com essa área a partir de sua própria perspectiva. É nesse momento que é possível identificar, inclusive, as ligações afetivas e funcionais, ou seja, o pertencimento que cada indivíduo tem com o território, a partir do que comprehende e vivência nele.

Ao analisar os etnomapas apresentados no “Plano de Vida”, é possível perceber quais comunidades detêm maior domínio sobre a gestão do território ou circulam por mais áreas, uma vez que seus mapas apresentam representações mais amplas e complexas.

Dessa forma, os moradores sabem que o território lhes pertence e conhecem o que existe nele, mas o sentimento de pertencimento se concentra nas áreas de uso cotidiano, aquelas que fazem parte direta de suas vivências. Esse tipo de leitura territorial é extremamente valioso, pois permite pensar a gestão do território de forma integrada, considerando as dinâmicas e particularidades de cada comunidade.

Em cada dinâmica, cada pessoa revela o que o território representa para si, conforme seu entendimento de gestão. A junção desses saberes e particularidades permite construir uma visão ampliada de gestão territorial, uma gestão que respeita o “todo”, mas que emerge da diversidade: de cada uso, de cada vínculo, de cada forma de pertencer.

Outra característica recorrente no processo é a formação de grupos temáticos, nos quais o saber e a experiência de cada um são mobilizados para refletir sobre a gestão territorial. Ao longo das oficinas, esses saberes são compartilhados continuamente, pois pensar o futuro do território é uma responsabilidade coletiva.

Aliás, não se pode pensar o futuro sem considerar o passado. A importância dos anciãos é amplamente reconhecida nesse processo, pois são eles que transmitem a história e as vivências de cada área, revestindo de sentido o planejamento construído pelas comunidades.

Para pensar projetos de etnoturismo seguiu-se essa metodologia, uma vez que a comunidade já o conhecia, fato que facilita as oficinas e a dinâmica local.

A fase inicial consistiu em dialogar com as lideranças, com o objetivo de desenvolver um plano de trabalho e definir as datas para as oficinas. Desse processo, é pactuado com a comunidade a ação por meio do Consentimento Livre, Prévio e Informado, que, segundo a Convenção 169 da OIT, representa a concordância formal da comunidade frente a qualquer projeto ou ação a ser desenvolvido.

Após a assinatura da carta de Consentimento Livre, Prévio e Informado, é iniciado a fase de mobilização e sensibilização da comunidade. Nesta etapa, todos são convidados a participar de uma reunião com o objetivo de refletir sobre um tema específico, neste caso, o etnoturismo.

Os diálogos são contínuos com o apoio das lideranças e das associações locais, que busca o envolvimento do maior número de pessoas possível, incluindo jovens, adultos, idosos, crianças e representantes das lideranças e organizações comunitárias.

Para a etapa de etnomapeamento, é necessário desenvolver oficinas junto à comunidade, a fim de compreender a forma como ela se percebe em relação ao

território e ao tema a ser aplicado: o etnoturismo. A metodologia utilizada teve como base o “Plano de Vida” Kadiwéu (2019), que, por sua vez, segue as diretrizes da PNGATI – Política Nacional de gestão Ambiental e Territorial Indígena, e o PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

Essa etapa consistiu no entendimento da situação do Território Indígena Kadiwéu, tendo como base o tema do etnoturismo. Para isso, levantou-se informações como as áreas que a comunidade considera importantes para receber visitantes, os tipos de atividades a serem realizadas e até possíveis construções. Utilizou-se o etnomapeamento para identificar essas áreas e pensar, de forma mais prática, aspectos como a logística, os trajetos e as apresentações.

Análise dos Dados

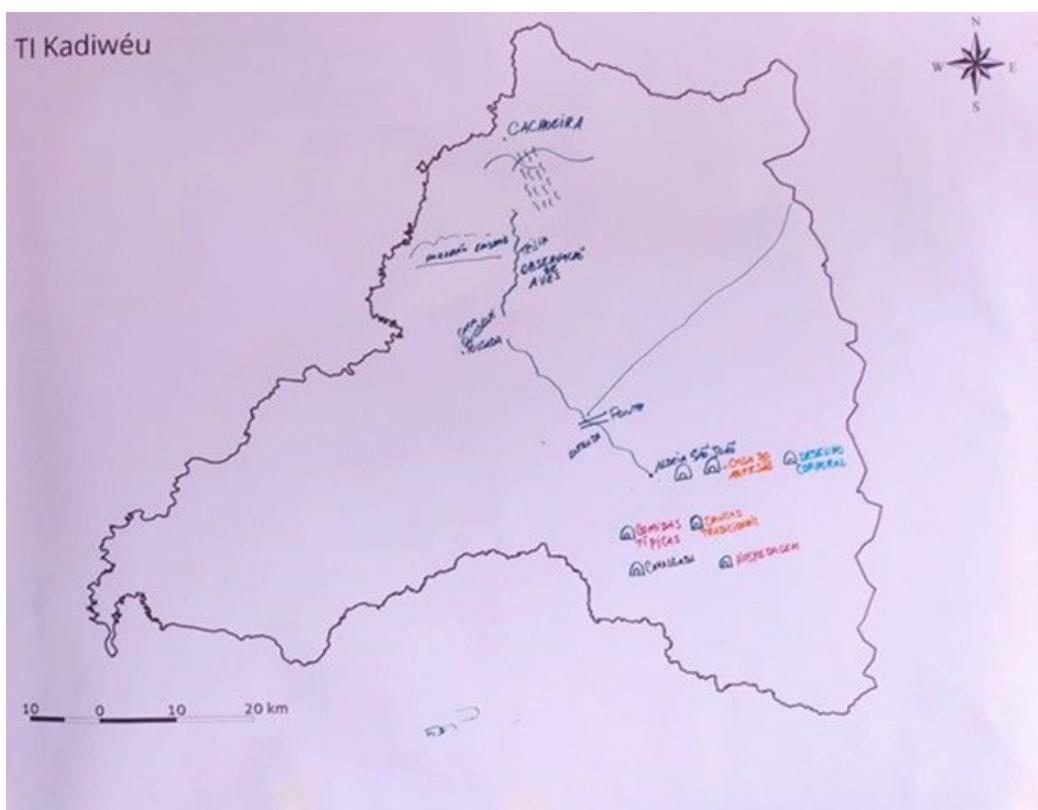
A oficina ocorreu na comunidade da aldeia São João, onde participaram lideranças locais, representantes das associações e pessoas interessadas no tema conforme figura 1. Essa é a comunidade que, durante o Plano de Vida demonstrou interesse em atuar com o tema e se mobilizou para iniciar as oficinas.

Figura 1. Oficina Aldeia São João – TI Kadiwéu



Fonte: Ana Paula Lopes.

Foi confeccionado um etnomapa conforme figura 2, com os limites do território, plotado em um A0 e levado a comunidade, para que eles pudessem assim, desenhar de forma muito objetiva o que eles pensavam para a atuação com o etnoturismo em sua comunidade.

Figura 2. Etnomap produzido pela comunidade

Fonte: Povo Kadiwéu, Aldeia São João.

O etnomapa pauta o seguinte desenho estratégico elaborado pela comunidade:

- A entrada do turista na comunidade se dará a partir da ponte do rio Aquidabã, na aldeia São João. Nesse ponto, pretende-se que uma pessoa da comunidade receba o visitante e o encaminhe para a atividade escolhida;
- À direita, os turistas serão direcionados para um ponto estratégico: um barracão construído especialmente para a recepção, localizado a cerca de 30 minutos da ponte. Esse espaço contará com banheiros, para os visitantes possam se preparar para os passeios, um redário para descanso após os trajetos e a venda de produtos alimentícios. Esse será o segundo ponto de parada antes do acesso à cachoeira e ao paredão de cristais;
- A trilha que liga o barracão até a primeira queda d'água tem duração aproximada de 20 minutos, em uma superfície íngreme, de dificuldade média. Este ponto também foi identificado como apropriado para observação de aves e pequenos mamíferos, a depender do horário do dia;

- São aproximadamente cinco quedas d'água disponíveis para visitação, além do paredão de cristais;
- À esquerda, segundo o etnomapa, está o acesso à comunidade. A recepção ocorrerá no centro da aldeia, na Casa da Mulher Artesã. Nesse ponto, as atividades serão conduzidas por um guia local, com programação definida previamente;
- As atividades destacadas incluem: confecção de cerâmicas, pintura corporal e visita à área onde ocorre o manejo tradicional dos cavalos, voltada aos visitantes que desejarem conhecer a doma dos cavalos Kadiwéu, suas pinturas e até realizar um passeio montado pela comunidade;
- Neste local, também será oferecida alimentação, e, ao final do dia, os visitantes poderão assistir à dança típica local, além de ouvir histórias contadas pelos anciãos e conhecer as simbologias presentes nos grafismos das vestimentas e das pinturas corporais.

Considerações Finais

É fato que para entender a gestão ambiental e territorial e atuar no desenvolvimento local é necessário conhecer as dinâmicas do território, ter em vista seu passado e para onde caminha, com toda suas particularidades, mas além disso pensar em fatores que são necessárias aplicação de mudança o empenho da comunidade para transformar situações e o entendimento de onde e como buscar essas melhorias.

Para o início do desenho de um plano de etnoturismo, uma das maiores forças consiste em compreender profundamente as dinâmicas e fortalezas de cada comunidade. É necessário agir com atenção, escuta e responsabilidade, de modo a entender como cada comunidade funciona e garantir que a atividade aconteça em benefício coletivo, gerando renda e fortalecendo a cultura local, sem se deixar conduzir por influências externas à comunidade.

Durante as oficinas, ficou evidente o envolvimento da comunidade na construção de um projeto de etnoturismo próprio e contextualizado. A todo momento, lideranças e membros da comunidade participaram ativamente das discussões, fazendo questão de apresentar suas percepções sobre como o etnoturismo pode contribuir com a geração de renda, respeitando a cultura local e reforçando sua autonomia territorial.

Chamo a atenção para a dinâmica construída coletivamente, em que a própria comunidade idealizou as atividades a serem desenvolvidas, mas, sobretudo, refletiu sobre como cada família poderia ser beneficiada — seja com os passeios, com

as apresentações de danças, com a venda de cerâmicas ou ainda com o preparo de refeições destinadas aos turistas.

Essa participação e facilidade em se expressar por meio de uma ferramenta de gestão, que é o etnomapeamento, norteia não só a comunidade, mas também a organizações governamentais e não governamentais no trabalho com povos indígenas e com temas sensíveis, como é a implementação do etnoturismo.

Ferramentas podem ser importantes aliadas na implementação de projetos, mas sobretudo na escuta a esses povos que por vezes são pouco compreendidos ao expor suas necessidades. Fortalecer técnicas que facilitem essa comunicação é imprescindível para que políticas públicas cheguem e se dinamizem onde necessário, e compatíveis com os desejos e modos de vida dessas comunidades.

Agradecimentos

Wetlands International Brasil.

Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal.

Ao Povo Kadiwéu, em especial a Aldeia São João.

Referências

APIO – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. **Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**: eixos temáticos, diretrizes e ações estratégicas. Oiapoque: APIO, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Ecobrasil. **Manual indígena de ecoturismo**: Projeto GTC Amazônia, Grupo de Coordenação de Ecoturismo para Amazônia Legal. Brasília, DF: MMA; Instituto Ecobrasil, 1997.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (org.). **Plano de gestão territorial e ambiental de terras indígenas**: orientações para elaboração. Brasília, DF: Funai, 2013.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. **Revista Pasos**, El Sauzal, v. 13, n. 2, p. 411–424, 2015.

LEDHESMA, Miguel. **Tipos de turismo**: nueva clasificación. Buenos Aires: OMPT, 2018.

MELLO NETO, Ridivan C. D. S.; TOPPINO, Marcela A. Enoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 72–86, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, Carlos A. F. A. Trajetória da normatização do turismo em terras indígenas: práticas do Estado e dos povos indígenas. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 1–19, 2022.

PEREIRA, Lílian Ribeiro; CRISTÓFORI, Pedro Paulo. **Plano de vida do Território Indígena Kadiwéu**. Campo Grande, MS: Mupan, 2022.

SILVA, Giovani J. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899–1984)**: memória, identidade e história. Dourados: UFGD, 2014.